

**ANEXO B****SAFRA LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL****CNPJ Nº 62.063.177/0001-94****NIRE 35300019539****ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2005. AG 2/2005.****SUMÁRIO DA ASSEMBLÉIA**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 05 dias do mês de setembro de 2005 (dois mil e cinco), às 10:00 (dez) horas, na sede social da Safra Leasing S.A - Arrendamento Mercantil, na Cidade de Poá, Estado de São Paulo, na Avenida Brasil, 78 - loja e salas 8 a 10, Centro.

**AVISO DE CONVOCAÇÃO:** O edital de convocação foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Gazeta Mercantil edições de 26, 27 e 30 de abril de 2005, em conformidade com o artigo 124, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

**LIVRO DE PRESENÇA:** Assinaram o livro de presença acionistas representando 99,99 % das ações representativas do capital social.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, Ezra Safra; Secretário, João Inácio Puga.

**ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: 1. **Reforma Estatutária:** alteração na redação do artigo 5º do Estatuto Social, com vistas a eliminar a menção de à manutenção, sob a forma escritural, das ações representativas do capital social bem como a reforma do Estatuto Social da Sociedade, contemplando a adaptação do mesmo à condição de companhia aberta da Sociedade perante a Comissão de Valores Mobiliários; 2. **Eleição dos membros do Conselho de Administração:** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Sociedade; e 3. **Atos relativos ao registro da companhia aberta e emissão de debêntures:** a apreciação de todos os atos relativos ao registro da companhia como aberta praticados pela Diretoria, bem como a emissão de debêntures pela sociedade.

**DELIBERAÇÕES:** Aprovados sem ressalvas, pela unanimidade dos Senhores Acionistas presentes: (i) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação: **ARTIGO 5º:** O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 365.000.000,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões de reais), dividido em 143.832.774 (cento e quarenta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, setecentos e setenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **PARÁGRAFO 1º:** A Sociedade poderá aumentar o capital social mediante subscrição particular de ações, por deliberação da Assembléia Geral, à qual competirá fixar as condições da aludida subscrição, observadas as prescrições legais e regulamentares aplicáveis. **PARÁGRAFO 2º:** A cada ação, que é indivisível perante a Sociedade, corresponde um voto nas deliberações das Assembléias Gerais. **PARÁGRAFO 3º:** A propriedade das ações presume-se pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações. **PARÁGRAFO 4º:** Os títulos múltiplos ou certificados das ações, quando emitidos, serão



assinados por 2 (dois) Diretores; **(ii)** o novo Estatuto Social que, lido e aprovado nos termos do Anexo A à presente ata, a fim de adequá-lo à condição de companhia aberta da Sociedade, bem como a Política de Divulgação de Informações da Sociedade nos termos do Anexo B à presente ata, em conformidade com a Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, a qual somente poderá ser modificada por deliberação tomada em Assembléia Geral de Acionistas ou em reunião do Conselho de Administração da Sociedade; **(iii)** em conformidade com o disposto no Art. 7º do novo Estatuto Social, a eleição, para ocupar os cargos de membros do Conselho de Administração da Sociedade, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar 31 de dezembro de 2006, os Srs. **Joseph Yacoub Safra**, brasileiro, casado, banqueiro, portador da Carteira de Identidade nº 2.192.208-SSP/SP e do CPF/MF nº 006.062.278-49; **João Inácio Puga**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 3.790.897-SSP/SP e do CPF nº 006.538.618-34; e **Helio Albert Sarfaty**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 5.480.782-SSP/SP e do CPF/MF nº 011.014.708-10, todos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Paulista 2100. Foi designado como Presidente do referido Conselho o Sr. **Joseph Yacoub Safra**. Os eleitos tomarão posse em seus cargos após a homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil. Registramos que os eleitos preenchem as condições previstas na Resolução nº 3.041, de 28 de novembro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, tornada pública pelo Banco Central do Brasil. Os Conselheiros eleitos **DECLARAM** sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Ficam ratificados em seus cargos os atuais Diretores Srs. Alberto Corsetti; Ezra Safra; Idelfonso Petrini; Vicente Rimoli Neto; e Marcos Antonio Waideman, eleitos na Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2005, e devidamente homologados pelo Banco Central do Brasil, sendo designado o Sr. Ezra Safra como o Diretor de Relações com Investidores nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários; e **(iv)** a ratificação de todos os atos relativos ao registro da companhia como aberta que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria e a aprovação da 12ª emissão, pela Sociedade, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a “Instrução CVM 400”), de até 5.000.000 (cinco milhões) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, perfazendo o montante total de até R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) (a “Emissão” e as “Debêntures”), em regime de melhores esforços de colocação, sujeita a registro perante a CVM, com as seguintes características: **(a) Valor total da Emissão**. O valor total da Emissão será de até R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo); **(b) Valor nominal unitário**. O valor nominal unitário das Debêntures (“Valor Nominal Unitário”) será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo); **(c) Número de séries**. A Emissão será realizada em série única; **(d) Quantidade de Debêntures**. Serão emitidas até 5.000.000 (cinco milhões) Debêntures; **(e) Forma**. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados; **(f) Conversibilidade em ações**. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(g) Espécie**. As Debêntures serão da espécie subordinada. **(h) Data de Emissão**. Para todos os efeitos legais, a Data da Emissão das Debêntures será 1º de julho de 2005 (a “Data de Emissão”); **(i) Vencimento**. As Debêntures terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, com



vencimento final em 1º de julho de 2015; **(j) Remuneração.** As Debêntures, a partir da Data de Emissão, farão jus a uma remuneração de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo — Taxas DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP – Câmara de Custódia e de Liquidação, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos; **(l) Distribuição e Negociação.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures terão registro **(l.1)** para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro — ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; e **(l.2)** para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures — SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; **(m) Prazo de colocação.** O prazo de colocação das Debêntures será de até 6 (seis) meses, a contar da data da concessão do registro da Emissão pela CVM; **(n) Preço de subscrição e forma de integralização.** O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional; **(o) Distribuição parcial.** Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a distribuição pública das Debêntures está condicionada à captação de recursos no valor mínimo de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Não sendo atingido esse valor mínimo, a distribuição pública das Debêntures deverá ser cancelada pela Sociedade, aplicando-se o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 30 da Instrução CVM 400. Caso ocorra a distribuição parcial das Debêntures, tendo sido, portanto, atingido o valor mínimo aqui referido, as Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o Prazo de Colocação serão canceladas pela Sociedade; **(p) Pagamento da Remuneração.** A Remuneração a que fazem jus as Debêntures será devida na Data de Vencimento, ou seja, em 1º de julho de 2015; **(q) Amortização.** As Debêntures não serão objeto de amortização programada; **(r) Repactuação.** As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação programada; **(s) Resgate Antecipado.** As Debêntures não estarão sujeitas a resgate antecipado; **(t) Vencimento Antecipado.** A Escritura de Emissão conterá os seguintes eventos de vencimento antecipado das Debêntures, de imediata exigibilidade do pagamento, pela Sociedade, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração e Encargos, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento: **(t.1)** pedido de concordata preventiva formulado pela Sociedade; **(t.2)** extinção, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, insolvência, pedido de recuperação judicial e extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Sociedade; **(t.3)** falta de pagamento, pela Sociedade, do principal e/ou da Remuneração das Debêntures nas respectivas datas de vencimento; **(t.4)** declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Sociedade, em montante individual ou total igual ou superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); **(t.5)** protestos de títulos contra a Sociedade cujo valor total inadimplido individual ou total ultrapasse R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), que não seja sanado no prazo de 30 dias contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Sociedade; **(t.6)** falta de cumprimento pela Sociedade, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão e tal descumprimento não seja sanado dentro de 30 dias contados do recebimento pela Sociedade de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido; **(t.7)** pedido ou decretação de intervenção administrativa da Sociedade pelo Banco Central do



Brasil; e **(t.8)** mudança do controle acionário da Sociedade, exceto se o adquirente for sociedade controlada ou controladora do Banco Safra S.A., atual controlador da Sociedade; **(u)** Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. Fica autorizado o Conselho de Administração da Sociedade, nos termos do § 1º do art. 59 da Lei nº 6.404/76, e da letra “j”, do art. 9º do Estatuto Social da Sociedade a re-ratificar as deliberações aqui tomadas no tocante à emissão das Debêntures. Fica autorizada a Diretoria da Sociedade a **(a)** tomar todas as providências para submeter a Emissão a registro perante a CVM e aos demais órgãos competentes; **(b)** negociar e celebrar a Escritura de Emissão das Debêntures; **(c)** negociar e assinar toda e qualquer documentação relacionada à Emissão, **(d)** contratar **(d.1)** agência(s) classificadora(s) de risco (*rating*); **(d.2)** instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para coordenar a distribuição e a colocação das Debêntures, **(d.3)** agente fiduciário e **(d.4)** banco mandatário e escriturador, fixando-lhes os respectivos honorários.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais restando a tratar, determinou o Sr. Presidente o encerramento da Assembléia, após a lavratura desta Ata, que foi lida e achada em tudo conforme, sendo, então, assinada pela mesa e por todos os presentes. Poá/SP, 05 de setembro de 2005. (a.a.) Ezra Safra - Presidente; João Inácio Puga - Secretário.

a) BANCO SAFRA S.A. – Idelfonso Petrini e João Inácio Puga - Diretores Executivos

a) Joseph Yacoub Safra – p.p. Drs. Francisco Roberto Brandão de Campos Andrade e João Inácio Puga

a) João Inácio Puga

a) Carlos Alberto Vieira

a) Helio Albert Sarfaty

A presente confere com o original lavrado em livro próprio da Sociedade.

Poá/SP, 05 de setembro de 2005.

---

João Inácio Puga  
Secretário